

## LÍNGUA NA RUA. LÍNGUA NA MARGEM.

Carolina Padilha Fedatto  
UNICAMP  
carolinafedatto@yahoo.com.br

A cidade: espaços e sujeitos. Buracos, brechas, vielas. Passantes, moradores. Muitos. Como ela (des)organiza cidadãos, moradores, habitantes, transeuntes? Como ela nos afeta? Qual é a relação entre as margens do social e o urbanizado na cidade?

Este trabalho se historiciza numa reflexão conjunta: meu projeto de mestrado em contato com as pesquisas da equipe do *Laboratório de Estudos Urbanos* da Unicamp<sup>1</sup>. É uma reflexão que traz os estudos da linguagem para a prática dos estudos sobre a cidade. É um *outro* olhar que procura, na materialidade do discurso (língua, texto, imagem, escritura, cena... na história), vestígios que fazem funcionar, significando, sujeitos e sentidos no espaço urbano.

Minha entrada na cidade se faz por um trânsito do olhar que considera o espaço como *significante*. “Te avisei que a cidade era um vão” (Orlandi, 2004, p.8). Mas um *vão* em vias de ser preenchido: seja pelo urbano, seja pela cidade. Não é possível pensar os *espaços-vãos*, os *vãos-livres* da cidade sem o comum, o mesmo e o muito como estrutura e metaforização dessa demanda de preenchimento, dessa necessidade de textualização de um *excesso que não se basta* (espaços, gente, coisas). Nos deparamos quotidianamente com esse conflito: nos *vãos entre* os carros, *entre* as construções, *entre* as calçadas, *entre* as ruas, *entre* as pessoas. Nos espaços que *vão* sobrando o que falta se coloca, ocupa-os. Mas como?

Na diferença entre os *vãos* sendo preenchidos *pelo urbano* e sendo preenchidos *pela cidade* se coloca o imaginário da organização, cada qual no seu lugar, a necessidade (*equivoca!*) de ordenar a cidade: aerar, fazer e deixar circular, controlar, higienizar, civilizar, modernizar.

Podemos dizer, juntamente com Orlandi (cf. 2003, 2004), que na prática capitalista a materialidade simbólica da cidade fica reduzida à urbanização: a cidade e o social passam a significar somente pela discursividade urbanista. Assim, a *quantidade* estruturante (n)da cidade, não se metaforiza bem: o tempo urge, o espaço é entulhado, o outro é inimigo. O conflito, a diferença, o social se transferem, naturalizadamente, para os sentidos da violência.

---

<sup>1</sup> Refiro-me ao projeto de mestrado *Sinais, cruzamentos, ruas. Margens do sujeito no espaço urbano*. (Fapesp 05/52153-9) orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Suzy Lagazzi-Rodrigues e vinculado ao Projeto Temático desenvolvido pela equipe do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb/UNICAMP) *A produção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o jurídico e o administrativo* (Fapesp 04/07734-0, coordenação: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eni P. Orlandi).

É essa metáfora mal sucedida que sustenta, segundo as análises da autora, o imaginário de que um condomínio fechado, um bolsão residencial, um shopping center trazem segurança.

Muros que indistinguem público e privado: segregando, determinando, desconfiando. É uma naturalização do discurso administrativo, que apaga a complexa história de constituição urbana onde se entrelaçam sujeitos e arquiteturas, jogam o jurídico e o político na difícil relação entre a cidade, o urbano e o social.

E as relações sociais? E os sentidos que estão por vir? E os espaços públicos? O cálculo e a abstração tentam sempre preencher. Mas “sem espaço vazio não há possível, não há falha, não há equívoco” (Orlandi, 2004, p.35). Os sentidos da cidade estão sendo ocupados pelo discurso homogeneizante da violência. Mas a cidade é um *vão*. Dispersão. Sentidos deslizam de outros lugares. Fazendo ouvir, no mesmo, a divergência.

A cidade se coloca, pois, como um espaço de interpretação particular: minha proposta é um *debruçar-me* sobre ela. Mas a janela de onde *parte* meu olhar é também *parte* da cena. “Ela dá a inclinação do corpo” (Orlandi, 2004, p.28). Essa janela, para o analista do discurso, é a formulação, o acontecimento e a estrutura tencionados pela atualização da memória que historiciza, metaforiza, transfere sentidos.

Pensando esses deslocamentos (sempre) possíveis, minha questão específica para o espaço urbano é como trabalhar a materialidade lingüística, enquanto estrutura falha e marcada por processos de identificação do sujeito na relação com o simbólico. Meu interesse é compreender as formulações possíveis para o sujeito *marginal-izado* no social e determinado pelo urbano: pedintes nas ruas, limpadores de pára-brisa nos sinais, vendedores de alguma coisa nas calçadas, malabaristas nos cruzamentos. Considero o jogo entre não ter espaço<sup>2</sup> e ocupar um lugar não-esperado em processos de nomeação e referenciação desses sujeitos. Des-ocupados ocupando. Como a cidade os significa? O que significa essa ocupação?

Num primeiro momento, faço uma distinção entre o que já é sempre dito sobre sujeitos *marginal-izados* - os discursos da evidência que carregam um determinado imaginário de marginalização - e as possíveis rupturas que podem se dar pelo movimento de sujeitos e sentidos. A partir dessa diferença, temos manchetes de jornal sobre o assunto que dizem: “Neurose ou excesso de segurança?”; “Quem quer dinheiroooooo?”; “Fluxo de veículos melhora na rua Cardeal Arcoverde”; “Acesso à escola não impede trabalho na rua”; “Ganho com esmola supera um salário mínimo”; “A escravidão está na moda”; “Aos 12, menino

---

<sup>2</sup> Para esse *não ter espaço* temos variados motivos: desemprego, falta de estudo, doenças, pobreza, enfim, questões sociais.

vende lanches para ajudar avós”; “Trabalho sob risco”. Títulos<sup>3</sup> que trazem questões como violência, falta/conquista da cidadania, trabalho não-reconhecido/desejado, incômodo. Pela consideração da língua como estrutura falha, penso contrapontos para esses dizeres já estabelecidos: a emergência do equívoco possível de apontar outros sentidos na relação espaço urbano/sujeito marginal-izado para além do que já se acostumou a dizer.

O objetivo deste trabalho é compreender esses dizeres estabilizados através da forma do nome, do chamar, do interpelar o sujeito-marginal-izado na cidade considerando a complexidade dos sentidos que envolvem questões sociais. Olhares que apontem, na materialidade da cidade, o trânsito das relações sociais e espaciais.

Considero, portanto, conforme Guimarães (2002, p.74), a relação de designação como um trânsito instável entre linguagem e objeto, como um cruzamento de discursos exposto à diferença. É pela linguagem que temos acesso ao objeto, que construímos uma possibilidade de relação com o mundo. Na perspectiva discursiva, a linguagem é compreendida como *trabalho simbólico* e o exercício analítico se dá por uma ancoragem na *materialidade* da língua, no *significante* que, pela possibilidade da metáfora, determina significado(s).

Minha proposta é trabalhar o *processo de construção discursiva dos referentes*, o modo como discursos em relação podem produzir a ilusão de objetividade e evidência de uma ‘realidade’, como se um sentido já estivesse lá: como se o *espaço entre* os carros, *entre* as calçadas, *entre* as ruas significassem, a priori, de uma determinada maneira e a interpretação de possíveis *re-ocupações/significações* fosse somente uma. Como é construída essa unidade?

Explicitar o trabalho da discursividade que materializa na língua os limites imaginários do que é o sujeito marginal-izado no social e marcado por uma determinada interpretação do urbano nos permite compreender a produção consensual de sentidos para cidade: seus espaços e sujeitos.

Podemos dizer que, analiticamente, as denominações tornam visíveis as relações de força, as disputas, as imposições, os silêncios. Funcionam atestando a existência, designando, descrevendo, qualificando, explicando não só pelo que se dizem: também pelo que não se dizem. Instalam-se no interdiscurso, *im-pedindo* outras significações, disfarçando as tensões numa relação contraditória que, ao mesmo tempo, dá corpo à fuga dos sentidos.

Meu olhar analítico recai sobre reportagens de jornal e matérias de televisão que tratam a questão do *espaço-vazio*, do *vão-livre* pela via do preenchimento urbanamente significado. O sujeito que ocupa esse espaço é marginal-izado como uma questão a resolver.

---

<sup>3</sup> Matérias publicadas no jornal Folha de São Paulo no período de janeiro a novembro de 2004.

O interesse pela forma do nome nesses dizeres da mídia se coloca já pela dificuldade em se dar:

“Adolescentes moradores das ruas, que perderam os vínculos familiares, vítimas potenciais da violência e do tráfico de drogas” (Correio Popular 02/02/2003)

“Parcela da população mais vulnerável, que tem poucas chances de conseguir um meio de sobrevivência” (Jornal Hoje Globo, 01/02/2005)

“O jovem alijado do mercado de trabalho ou que passa o dia pedindo dinheiro nos semáforos” (Correio Popular, 07/02/2003)

Nomeações que tomam a forma da descrição e da caracterização. É um nome feito em uma construção que descreve, localiza, determina o sujeito mostrando a dificuldade que o discurso da urbanização tem em lidar com aquele que ocupa o espaço planejado para ficar vazio, não aceitando que os *vãos* sejam preenchidos no próprio funcionamento da cidade.

A questão, para mim, se coloca no *espaço entre*. Recorto as nomeações formuladas pela mídia de modo a dar visibilidade à relação do sujeito com o espaço urbano.

Recorte 1:

Os meninos *do sinal*

Estudantes e crianças *de rua*

A garotada *da rua*.

Adolescentes *de rua*

Adolescentes *das ruas*

População *de rua*

Meninos *de rua*

Morador *de rua*

O morador *de rua*

Recorte 2:

Crianças *na rua*

Crianças *em sinais*

Pedintes *nos semáforos da cidade*

O primeiro grupo de nomeações se caracteriza pela presença de *adjuntos adnominais*: complementos que caracterizam o nome. O segundo recorte traz nomes complementados por *adjuntos adverbiais*: circunstanciando, localizando o nome.

Essas formas de nomeação expõem a forte relação entre o sujeito-marginal-izado e os espaços da cidade: rua, sinal, semáforo. O espaço cola no sujeito. O sujeito é colado no espaço. *De rua, da rua, das ruas.* (Ad)juntam a falta. Ser da “Rua (...) ser conhecido de todos; lugar habitual, imutável, ‘velho como as ruas’. Criança de rua. Privada de família. (...) Espaço que fica vazio. (...) Por metonímia designa o povo, conjunto de habitantes da rua”. (Enciclopédia Discursiva da Cidade). Sujeito *no* espaço, sujeito *do* espaço. *Que fica vazio. Habitual. Imutável.* Que muda pela presença de um sujeito marginal-izado. A relação é de pertencimento (*da rua*) ou de circunstancialidade (*na rua*). Mas vem junto com o nome a marcação do sujeito sem (*outro*) lugar: estar *na* rua, ser *da* rua.

Recorte 3:

Aqueles *que trabalham* em semáforos  
A maioria das crianças *que trabalha* nas esquinas  
24473 pessoas *que moravam* nas ruas  
A população *que vive* nas ruas  
318 crianças e 25 adultos *que vivem* nas ruas  
Mendigos e menores *que vivem* nas ruas  
População *que vive* nas ruas  
Crianças *que vendem* mercadorias e *pedem* esmolas nos semáforos da cidade  
Meninos *que estiverem* nos semáforos  
Meninos *que trabalham* nas ruas da cidade

Esse conjunto de nomeações tem como regularidade as *construções relativas determinativas*. Chamo atenção, primeiramente, para a construção: “*Aqueles que trabalham em semáforos*”. Retomando a análise de Pêcheux (1997), podemos dizer que a partir de relativas determinativas do tipo “aquele que... /o que...” temos um “esvaziamento do objeto a partir da função” (p. 107), a determinação passa a remeter ao *indeterminado*, “*aquele que se torna equivalente a qualquer um que*”. Paráfrase que, na cidade, dá lugar ao comum, ao mesmo, ao muito: *excesso*. Aqueles que, qualquer um, todos. Mas impedidos de significar no espaço urbanizado. Notemos que nas nomeações acima temos adjuntos adverbiais (nos semáforos, nas ruas, nas esquinas) trazendo para relação entre sujeito e espaço urbano a questão da *circunstancialidade*, da *provisoriedade*, é um *estar na* rua. Esse adjunto adverbial de lugar é uma possibilidade sintática dos verbos *trabalhar, morar, estar, viver, vender, pedir* e uma exigência política da urbanização. Podemos dizer que essa colagem do sujeito no espaço é a forma urbanizada de significação do sujeito marginal-izado.

Urbanamente lidamos com uma *impossibilidade* de reformulações do tipo:

A maioria das crianças que trabalha nas esquinas/ Os trabalhadores

População que vive nas ruas/ Os habitantes

Meninos que estiverem nos semáforos/ Os passantes, os transeuntes

24473 pessoas que moravam nas ruas/ Os moradores

Não há como significar o sujeito que está na rua sem dizer onde ele está. As denominações podem ser formuladas como:

Os trabalhadores *das* ruas

Os habitantes *das* ruas

Os moradores *das* ruas

Mantendo, assim, a especificidade dos sujeitos marginal-izados.

Mas, quando substituimos os adjuntos adnominais (relação de pertencimento) por adverbiais (relação de circunstancialidade):

Os trabalhadores *nas* ruas

Os habitantes *nas* ruas

Os moradores *nas* ruas

as relações urbanas se confundem, os espaços não se delimitam bem, apagam-se as diferenças entre pedintes e trabalhadores, entre mendigos e moradores. E a língua textualiza essas diferenças, mostrando que determinadas funções - sintáticas - só podem ser exercidas por determinados sujeitos – urbanos, urbanizados.

O processo de nomeação traz também a diferença entre *pessoas, população* das/nas ruas e *crianças, adolescentes* das/nas ruas. Quando o nome tem como referência direta crianças e adolescentes, a própria denominação traz um relação de *denúncia*. Pessoas morando, pedindo, trabalhando, assaltando nas ruas é uma questão social, um problema a ser resolvido. Mas, crianças e adolescentes, é uma vergonha, um absurdo, um crime.

Nesse sentido é interessante observar o processo de nomeação da lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. É o *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Já no título, e também em grande parte dos artigos, a referência é “criança e adolescente”, “crianças e adolescentes”. Um ordem que se mantém nas formulações da mídia, uma cristalização da referência que remete ao descumprimento de uma lei: dizer “crianças e adolescentes *nas ruas*” é fazer relação com a formulação<sup>4</sup> do “Estatuto da *criança e do adolescente*”.

---

<sup>4</sup> Algumas dessas formulações com relação aos espaços públicos e ao trabalho: crianças e adolescentes têm o direito de “ ir, vir e estar em locais públicos, guardadas as restrições locais”; não são permitidas

Para dar visibilidade à tensão entre o urbano, o social e a menor idade, trago o seguinte recorte:

Recorte 4:

Crianças *pedindo* dinheiro nas esquinas

Adolescentes *assaltando* motoristas em sinais de trânsito

Crianças e adolescentes *trabalhando* nos semáforos e ruas

Uma questão que se coloca é: temos a possibilidade das paráfrases que seguem?

crianças pedindo dinheiro nas esquinas/pedintes nas esquinas

adolescentes assaltando motoristas em sinais de trânsito/assaltantes em sinais de trânsito

crianças e adolescentes trabalhando nos semáforos e ruas/trabalhadores nos semáforos e ruas

Nessas reformulações, as fronteiras entre o cidadão comum e o marginal-izado se mantêm, mas os pedintes, assaltantes e trabalhadores são crianças e adolescentes: é aí que está a impossibilidade de substituição da *construção relativa reduzida de gerúndio* pelo *substantivo*.

É interessante notar que esse gerúndio textualiza uma certa relação com a *temporalidade*, uma duração repetida, uma continuidade: são crianças e adolescentes *pedindo*, *trabalhando*, *assaltando*. A temporalidade e a espacialidade do sujeito são construídas pela nomeação configurando uma determinada relação do *urbano* com a cidade. O tempo caracteriza o sujeito pela possibilidade de repetição, recorrência, reincidência: *reincidente*. Mas o espaço o significa como circunstancial, provisório (*nas esquinas, em sinais de trânsito, nos semáforos e ruas*). Esse jogo entre tempo e espaço constitui urbanamente determinados sujeitos: aceitos e repetidos pelo discurso da urbanidade como uma questão a resolver (o sujeito *no/do* espaço). No caso específico dos menores de idade, a questão deixa de ser o sujeito, o espaço urbano e as boas condições de vida e circulação para tomar o lugar do *inadmissível na relação com a criança e o adolescente*. A nomeação sob a forma do substantivo (pedintes, assaltantes, trabalhadores) apaga o fato de serem crianças e adolescentes e isso não é possível na atual ordem urbana. Crianças e adolescentes não podem ser marginal-izados!

---

“atividades perigosas, insalubres ou penosas”; “é vetado trabalhar em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social” e “que não permitam a frequência à escola.”

A relação entre adjuntos adnominais (pertencimento) e adjuntos adverbiais (circunstancialidade) materializa a inscrição do sujeito marginal-izado no urbano. É dessa forma, na relação com o espaço, que ele é administrado como uma possibilidade no urbanizado. Por estar *na rua*, por ser *da rua*, é que o sujeito é marginal-izado. E ao mesmo tempo, é por ser marginal-izado que o sujeito está *na rua*, é *da rua*! A circularidade da definição põe em causa a maneira urbanizada de lidar com o social: um preenchimento do sujeito que preenche os *espaços-vãos* da cidade. A elaboração de que o processo de nomeação do sujeito-marginal-izado se dá especificamente pela relação com *o espaço urbanamente significado*, atravessa nossas questões para a cidade-*evidência* e nos faz compreender um determinado funcionamento da língua na cidade-*vão*.

### **Referências bibliográficas**

GUIMARÃES, E. (2002) **Os limites do sentido**, Campinas: Pontes, 2ª edição.

ORLANDI, E. (org.) (2003) **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes.

ORLANDI, E. (2004) **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes.

PÊCHEUX, M. (1975) **Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.